



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Departamento de Gestão e Economia

**XII Jornadas Luso-Espanholas
de Gestão Científica**

*Novos Desafios na Gestão:
Inovação ou Renovação?*

**Volume VII
Entrepreneurship, I&D,
Internacionalização**

Covilhã, 10, 11 e 12 de Abril de 2002

Ficha Técnica

Actas das XII Jornadas Luso-Espanholas
de Gestão Científica:
Volume VII – Entrepreneurship, I&D,
Internacionalização de Empresas

Edição

Universidade da Beira Interior
Convento de Santo António
6201-001 Covilhã
Portugal

Telef: +351 275 319 000
Fax: +351 275 319 057

Email: ubiserct@ubi.pt
Url: <http://www.ubi.pt>

Coordenação Editorial

Mário Raposo
Joaquim Simão Duarte

Capa

Telmo Martins
Cybercentro da Covilhã

Revisão Gráfica dos Textos

Zélia Serrasqueiro
Luís Mendes
Mário Franco
Pedro Silva
João Leitão

Composição

Elisabete Ramos
Dina Pereira
Marta Duarte

Impressão e Acabamento
Gráfica do Tortosendo, Lda.

ISBN

do volume: 972-9209-83-9
da obra completa: 972-9209-90-1

Depósito Legal

177072/02

XII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica *Comité de Honra*

Representação Portuguesa

Ministro da Educação

Prof. Doutor Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus

Governadora Civil do Distrito de Castelo Branco

Dra. Alzira Serrasqueiro

Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

Sr. Carlos Pinto

Presidente da Câmara Municipal de Belmonte

Sr. Amândio Melo

Presidente da Câmara Municipal da Fundão

Dr. Joaquim Manuel Barata Frexes

Reitor da Universidade da Beira Interior

Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva

Reitor da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Fernando Manuel da Silva Rebelo

Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Prof. Doutor José Lopes da Silva

Reitor da Universidade de Évora

Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício

Reitor Universidade do Algarve

Prof. Doutor Adriano Lopes Pimpão

Reitor da Universidade Portucalense Infante Dom Henrique

Prof. Doutor Francisco da Costa Durão

Presidente do Grupo Maconde

Comendador Joaquim Cardoso

Presidente do Grupo Atral-Cipan

Comendador Sebastião Alves

Presidente Conselho Administração da Caixa Geral de Depósitos

Dr. António José Fernandes de Sousa

Presidente do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais

Dr. Rui Soares

Presidente da SONAE

Eng. Belmiro de Azevedo

Presidente da Associação Empresarial Portuguesa

Eng. Ludgero Marques

Presidente da Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios
Eng.º José Alberto Robalo

Bastonário da Ordem dos Economistas
Prof. Doutor Simões Lopes

Presidente da Comissão de Avaliação Externa das Licenciaturas em Gestão, Administração e Marketing
Prof. Doutor Fernando de Jesus

Co-fundador das Jornadas
Prof. Doutor Almiro Carvalho de Oliveira

Prof. Doutor Rogério Fernandes Ferreira
Professor Catedrático Aposentado

Representação Espanhola

Embaixador de Espanha em Portugal
D. José Rodríguez-Spiteri

Reitor da Universidade de Sevilha
Prof. Doutor Miguel Florencio Lora

Reitor Universidade da Extremadura
Prof. Doutor Ginés M.º Salido Raiz

Reitor Universidade de Castilla-la-Mancha
Prof. Doutor Luis Alberto Arroyo Zapatero

Decano da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Sevilha
Prof. Doutor Francisco Bercebal

Decano da Faculdade de Estudos Empresariais e Turismo da Universidade da Extremadura
Prof. Doutor José Perez Rubio

Director da Fundação Xavier de Salas
D. Jaime de Salas Ortueta

Director do Departamento de Administração de Empresas e Marketing da Universidade de Sevilha
Prof. Doutor José Luis Galán González

Director do Departamento de Economia Financeira e Contabilidade da Universidade de Sevilha
Prof. Doutor Joaquín Texeira Quirós

Co-fundador das Jornadas
Prof. Doutor Manuel Ortigueira Bouzada

XII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica *Comité Científico*

Prof. Doutor Rui Conceição Nunes
Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Prof. Doutor Enrique C. Díez de Castro
Universidade de Sevilla

Prof. Doutor Juan Jimenez Moreno
Universidade de Castilla La Mancha

Prof. Doutor Ricardo Hernández Mogollon
Universidade de Extremadura

Prof. Doutor João Veríssimo Oliveira Lisboa
Universidade de Coimbra

Prof. Doutor António Manuel Soares Serrano
Universidade de Évora

Prof. Doutor Alberto Ferreira Pereira
Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

Prof. Doutor Luís António Nunes Lourenço
Universidade da Beira Interior

Prof. Doutora Ana Maria Pires Nabais Ussman
Universidade da Beira Interior

Prof. Doutor Carlos Osório
Universidade da Beira Interior

Prof. Doutor José Ramos Pires Ramos
Universidade da Beira Interior

Prof. Doutora Cármen Barroso Castro
Universidade de Sevilla

Prof. Doutor Bernabé Escobar Pérez
Universidade de Sevilla

Prof. Doutor Enrique Martín Armário
Universidade de Sevilha

Prof. Doutor José Díez deCastro
Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutora Francisca Parra Guerrero
Universidade de Málaga

Prof. Doutor José Maria Requena Rodríguez
Universidade de Málaga

Prof. Doutor Alfonso Vargas Sánchez
Universidade de Huelva

Prof. Doutora Zélia Maria da Silva Serrasqueiro
Universidade da Beira Interior

Prof. Doutor Mário Raposo
Universidade da Beira Interior

ET-09. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL – ALGUNS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO SIR

Suzanne Fonseca Amaro (samaro@dgest.ipv.pt)
Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Tecnologia

António Robalo (antonio.robalo@iscte.pt)
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Escola de Gestão
Departamento de Ciências de Gestão

RESUMO:

São apresentados os resultados de uma investigação empírica sobre a aplicação do SIR – Sistema de incentivos regionais na região Dão-Lafões. É feita uma descrição sumária da região e do programa em causa (SIR). Com base numa amostra relativa a 43 projectos de investimento, são testadas hipóteses relativas aos resultados do programa na dinâmica empresarial, especificamente, quanto ao número de postos de trabalho criados, quanto às diferenças na produtividade e nos resultados ante e pós investimentos e ainda quanto à relação entre o montante do investimento e a magnitude da variação ocorrida na produtividade e nos resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Fundos Estruturais, Avaliação, Empresas.

1. INTRODUÇÃO

A entrada de Portugal na CEE em 1986 marcou uma viragem fundamental na economia portuguesa, tendo despoletado um significativo processo de modernização de estruturas e comportamentos económicos, em paralelo com uma liberalização dos mercados. O PIB per capita português subiu de 52% da média comunitária desde a adesão para 70% em 1995, o que desde logo demonstra um passo importante no processo de coesão da economia portuguesa¹.

No entanto, apesar de uma evolução claramente positiva, Portugal continua a ter uma das economias menos desenvolvidas dos Estados-Membros da União Europeia, o que se deve essencialmente às sérias deficiências de base, nomeadamente em termos de infra-estruturas e de recursos humanos qualificados.

Neste contexto, os fundos estruturais desempenham um papel extremamente importante para reforçar a coesão económica e social portuguesa, procurando criar condições mais propícias ao desenvolvimento.

Para Portugal, como para outros Estados-Membros, uma questão fundamental consiste em saber se foi possível maximizar os benefícios resultantes da aplicação eficiente e estratégica das políticas estruturais e dos respectivos fundos. A avaliação do impacto dos Fundos Estruturais é uma tarefa complexa uma vez que engloba diversas vertentes. De facto, as acções estruturais podem ser levadas a cabo directamente pelo Estado, tais como o investimento em infra-estruturas, e ainda podem servir de base ao estímulo do investimento no sector privado.

O contributo dos fundos comunitários é o de criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento, de melhorar as condições gerais de eficiência de estruturas e recursos e de dar um impulso sustentado a um nível mais elevado de investimento. Contudo, os objectivos decisivos do desenvolvimento dependem, no essencial, da qualidade desse mesmo investimento e do seu potencial de transformação, e estes dependem basicamente das decisões dos agentes económicos privados².

A vertente a analisar é precisamente a extensão dos fundos estruturais ao domínio do investimento privado, ou seja, aos agentes económicos privados, uma vez que desempenham um papel fulcral no processo de desenvolvimento económico e social, através dos investimentos privados que realizam.

¹ Ver DGDR (1998)

² Cf. Mateus(1992).

2. OBJECTIVOS

A investigação teve como objectivo estudar se as empresas existentes melhoraram o seu desempenho após o investimento no âmbito do programa SIR. Procurou-se, também, averiguar se o montante de investimento influenciou a criação de postos de trabalhos e a variação ocorrida na produtividade e resultados líquidos. Assim, as hipóteses a testar são as seguintes:

Hipótese 1 – O montante de investimento influenciou o número de postos de trabalho criados

Hipótese 2 – As empresas melhoraram a sua produtividade após o investimento efectuado no âmbito do SIR

Hipótese 3 – As empresas melhoraram os resultados líquidos após o investimento efectuado no âmbito do SIR

Hipótese 4 – O montante de investimento efectuado influenciou a variação ocorrida na produtividade

Hipótese 5 – O montante de investimento efectuado influenciou a variação ocorrida no resultado líquido

A área geográfica objecto do presente estudo é a região de Dão Lafões, que em termos estatísticos é designada por NUT III e é constituída por 15 concelhos, 14 dos quais pertencentes ao distrito de Viseu³ e um ao distrito da Guarda⁴. Esta região é uma subregião de uma das 5 regiões do território português continental (NUT II), a Região Centro. Apesar da sua localização privilegiada, tão próxima do litoral como da fronteira, com boas acessibilidades e todas as condições para o desenvolvimento das actividades económicas, foi considerada uma região desfavorecida para efeitos de aplicação do SIR.

Esta investigação pretende retirar algumas ilações que poderão servir de base a uma reflexão sobre o efeito dos sistemas de incentivos, a sua eficácia e a capacidade dos agentes económicos privados em responderem aos objectivos propostos por estes programas de incentivo. Questão importante, mas fora da análise, é a do contributo do programa para o desenvolvimento regional.

A análise das candidaturas SIR foi feita através de uma listagem obtida na Direcção Geral de Desenvolvimento Regional onde constavam o nome das empresas com candidaturas aprovadas, a actividade, o investimento total, o investimento elegível, o incentivo recebido e o número de postos de trabalhos criados no âmbito do projecto de investimento.

Para a investigação empírica, cujos objectivos foram anteriormente mencionados, foi enviado um questionário a todas as empresas da região com candidaturas SIR aprovadas. Após a recolha de dados, procedeu-se ao seu tratamento e análise utilizando software estatístico.

3. CARACTERIZAÇÃO DO SIR

O Sistema de Incentivos Regionais foi criado em Junho de 1994 no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, através do Decreto Lei n.º 193/94 de 19 de Julho e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/94 de 11 de Agosto, tendo como objectivo contribuir para o desenvolvimento endógeno das regiões menos desenvolvidas, através do aumento da competitividade regional, da criação de emprego e da diversificação na produção de bens e serviços.

Embora estivesse concebido para vigorar de 1994 a 1999, o SIR foi suspenso em Abril de 1998, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/98, com a alegação de que os resultados já conseguidos eram positivos e que as verbas orçamentadas do FEDER para o SIR estavam comprometidas.

Uma particularidade deste regime de incentivos foi o facto de apenas serem susceptíveis de apoio os projectos de investimento que se localizassem nas regiões do interior do país ou nas zonas litorais menos desenvolvidas (designadas por Regiões SIR) e que desenvolvessem determinadas actividades.

O montante de investimento de cada projecto tinha um limite mínimo de vinte mil contos, à excepção dos projectos na área dos serviços ou projectos nas restantes actividades que apresentassem apenas investimento de natureza incorpórea, em que este limite diminuía para dez mil contos. Em qualquer dos casos, o investimento total não podia exceder os cem mil contos. Os promotores dos projectos teriam de financiar, obrigatoriamente, o investimento com um mínimo de 25% de capitais próprios.

³ Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

⁴ Aguiar da Beira

As despesas consideradas elegíveis variavam consoante a actividade; no entanto, no geral, eram apoiadas as despesas em investimento corpóreo para modernizar ou criar uma actividade e os investimentos de natureza incorpórea indispensáveis à melhoria da competitividade da empresa. Estavam em geral excluídas as despesas com a aquisição de terrenos, com edifícios, com mobiliário e com veículos automóveis. A taxa de comparticipação variava entre os 30% a 70% do investimento elegível.

4. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE DÃO LAFÕES

Todos os municípios da região Dão Lafões eram considerados regiões SIR, sendo esta região considerada uma região mais desfavorecida.

O distrito de Viseu é constituído por 24 concelhos, dos quais 14 pertencem à Região Centro e 10 à região Norte. Os concelhos pertencentes à Região Centro pertencem ao NUT III Dão Lafões, enquanto dos concelhos pertencentes à região Norte, 8 pertencem ao NUT III Região Douro e 2 ao NUT III Região Tâmega.

A Região Dão Lafões representa cerca de 65% da superfície do distrito de Viseu e cerca de 69% da população residente neste distrito, gozando de uma localização geográfica privilegiada, na medida em que se encontra tão próxima do litoral como da fronteira com Espanha e tem boas acessibilidades rodoviárias aos grandes centros urbanos, sobretudo através de dois itinerários principais – o IP3 e o IP5. Estas vias conferiram as características necessárias ao desenvolvimento da região, nomeadamente do sector secundário e do sector terciário.

Quadro 1 - População, Densidade Populacional e Superfície da Região Dão Lafões por concelhos em 1997

Concelhos da Região Dão Lafões	Superfície Km2	População Residente	Densidade Populacional
Aguiar da Beira	203,7	6740	33,1
Carregal do Sal	113,7	10930	96,1
Castro Daire	376,3	17440	46,4
Mangualde	220,7	22450	101,7
Mortágua	248,6	10370	41,7
Nelas	127,9	14390	112,5
Oliveira de Frades	147,5	10540	71,5
Penalva do Castelo	135,9	8720	64,2
Santa Comba Dão	112,5	11680	103,8
São Pedro do Sul	348,7	20180	57,9
Sátão	198,4	13710	69,1
Tondela	373,3	31240	83,7
Vila Nova de Paiva	177,4	5930	33,4
Viseu	507,2	85390	168,4
Vouzela	191,7	12190	63,6
Total	3483,3	281900	80,9

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 1998

A densidade populacional da Região Dão Lafões situa-se acima da densidade populacional da região Centro, que em 1997, era de 72,3 mas abaixo da densidade populacional de Portugal que era de 108,3.

Infelizmente, não existem dados mais actualizados quanto à distribuição da população activa total das NUT III por sectores de actividade. Existe, no entanto, o pessoal ao serviço nas sociedades que nos poderá dar alguma ideia da evolução da população activa por sectores de actividade, embora com algumas limitações. A dimensão média das empresas societárias (relação entre o número de pessoas ao serviço e o número de empresas), em 1997, é de cerca de oito pessoas, apontando para uma realidade já conhecida: o tecido empresarial é, na sua essência, caracterizado por pequenas empresas.

O número de empresas⁵ por sector de actividade permite também caracterizar a estrutura económica da Região Dão Lafões. Assim, a estrutura económica desta região, avaliada na óptica do número de empresas, é centrada essencialmente em três ramos de actividade: Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico; Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca; e Construções.

É o sector terciário que tem uma maior importância, representando cerca de 54% do total do número de empresas, seguido do sector secundário com 26,1% e do sector primário com 18,74%. Esta é a tendência dominante a nível do país, ou seja, a predominância do sector terciário.

As indústrias transformadoras na Região Dão Lafões caracterizam-se pela predominância das Indústrias Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos, as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco, as indústrias da madeira.

5. ANÁLISE DAS CANDIDATURAS SIR APROVADAS

As candidaturas SIR aprovadas na Região Dão Lafões atingiram um total de 206 projectos, que representaram um investimento total de 14.158.078 contos e a criação de 1324 postos de trabalho, conforme podemos visualizar no quadro.

Quadro 2 – Candidaturas SIR aprovadas

	Candidaturas aprovadas	Postos Trabalho	Invest. Total	Investimento por projecto	Postos de Trabalho por Projecto	Investimento por Posto de Trabalho
	<i>N.º</i>	<i>N.º</i>	<i>Contos</i>	<i>Contos</i>	<i>N.º</i>	<i>Contos</i>
Aguiar da Beira	8	36	628.158	78.520	4,50	17.449
Carregal do Sal	13	106	880.425	67.725	8,15	8.306
Castro Daire	10	61	617.127	61.713	6,10	10.117
Mangualde	14	83	1.050.451	75.032	5,93	12.656
Mortágua	6	36	342.727	57.121	6,00	9.520
Nelas	9	51	740.441	82.271	5,67	14.518
Oliveira de Frades	24	187	1.821.665	75.903	7,79	9.742
Penalva do Castelo	6	45	508.210	84.702	7,50	11.294
St. Comba Dão	8	49	618.733	77.342	6,13	12.627
São Pedro do Sul	12	39	735.400	61.283	3,25	18.856
Sátão	10	48	637.285	63.729	4,80	13.277
Tondela	8	67	590.236	73.780	8,38	8.809
Vila Nova de Paiva	1	6	83.248	83.248	6,00	13.875
Viseu	69	441	4.216.278	61.105	6,39	9.561
Vouzela	8	69	687.694	85.962	8,63	9.967
TOTAL	206	1324	14.158.078	68.729	6,43	10.693

Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados obtidos na DGDR

O investimento médio por projecto na região foi de 68.729 contos. Foram criados cerca de 6,4 postos de trabalho por cada projecto aprovado, o que representa um investimento médio de 10.693 contos por cada posto de trabalho.

O investimento elegível do total dos projectos SIR aprovados atingiu os 13.171.533 contos, o que representa, em média, cerca de 63.939 contos por projecto e cerca de 93% do investimento total.

O total de incentivos atribuídos financiará cerca de 46% do investimento total previsto nos projectos SIR e quase 50% do investimento elegível, atingindo um valor total de 6.525.443 contos.

Em termos de sector de actividade, verificou-se uma tendência para o investimento no sector industrial, ou seja, 58% das candidaturas aprovadas foram neste sector. Também em termos de investimento, foi claramente superior neste sector, atingindo um total de 9.302.283 contos, ou seja, cerca de 66% do total do investimento.

⁵ Inclui os empresários em nome individual e as sociedades

Quadro 3 – Investimento Elegível e Incentivos por Concelhos na Região de Dão Lafões

Concelhos Dão Lafões	Investimento Elegível			Incentivo			
	Valor	% do IT	Por Projecto	Valor	IN/IE	Por Projecto	Por PT
Aguiar da Beira	540.570	86%	67.571	270.471	50%	33.809	7.513
Carregal do Sal	847.473	96%	65.190	418.870	49%	32.221	3.952
Castro Daire	596.626	97%	59.663	295.537	50%	29.554	4.845
Mangualde	1.029.790	98%	73.556	498.812	48%	35.629	6.010
Mortágua	316.483	92%	52.747	155.156	49%	25.859	4.310
Nelas	712.534	96%	79.170	365.646	51%	40.627	7.170
Oliveira de Frades	1.657.459	91%	69.061	816.667	49%	34.028	4.367
Penalva do Castelo	495.378	97 %	82.563	264.751	53%	44.125	5.883
Santa Comba Dão	577.994	93%	72.249	287.568	50%	35.946	5.869
São Pedro do Sul	718.214	98%	59.851	383.757	53%	31.980	9.840
Sátão	621.643	98%	62.164	319.289	51%	31.929	6.652
Tondela	539.020	91%	67.378	260.965	48%	32.621	3.895
Vila Nova de Paiva	82.940	100%	82.940	40.639	49%	40.639	6.773
Viseu	3.762.026	89%	54.522	1.806.407	48%	26.180	4.096
Vouzela	673.383	98%	84.173	340.908	51%	42.614	4.941
TOTAL	13.171.533	93%	63.939	6.525.443	50%	31.677	4.929

Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados obtidos na DGDR

IT - Investimento Total
IN - Incentivo

PT - Posto de trabalho
IE - Investimento Elegível

É também neste sector que se verifica uma maior criação de postos de trabalho por projecto. De facto, verifica-se que, em média, por cada projecto no sector industrial foram criados quase 9 postos de trabalho, enquanto nos outros sectores a criação média de postos de trabalho variou entre os três a quatro postos de trabalho. O sector industrial é também o sector em que o investimento médio por projecto foi mais elevado, cerca de 77.519 contos, seguido do Turismo, com um investimento médio por projecto de 64.157 contos.

Da análise das candidaturas aprovadas na Região Dão Lafões, são de destacar os seguintes aspectos:

- Os concelhos de Viseu e Mangualde, com um maior número de empresas, continuaram a revelar dinamismo, uma vez que são dos concelhos com um maior número de candidaturas aprovadas. Tondela, pelo contrário, revelou pouco dinamismo no que diz respeito a candidaturas aprovadas;
- Os concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira e Penalva do Castelo, continuaram a revelar-se pouco dinâmicos, assim como o concelho de Mortágua. Estes concelhos apresentaram um baixo número de candidaturas;
- Oliveira de Frades foi o segundo concelho com um maior número de candidaturas SIR aprovadas;
- O SIR centrou-se mais no sector industrial, embora o sector comercial tivesse também alguma importância.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os principais objectivos do trabalho empírico consistiam na análise da influência que o SIR teve no desempenho das empresas e verificar se o montante do investimento influenciou a criação dos postos de trabalho criados, a variação da produtividade e a variação dos resultados líquidos das empresas.

Procurou-se também fazer um levantamento das características do investimento e os seus objectivos e conhecer a opinião dos empresários em relação aos sistemas de incentivos e as perspectivas futuras que têm em relação à empresa.

A recolha da informação foi efectuada com base num questionário enviado por correio a todas as empresas que receberam incentivos no âmbito do programa SIR. A listagem destas empresas foi obtida junto da DGDR, embora não fosse facultado o endereço. Para conseguir obter os endereços destas empresas recorreu-se, em primeiro lugar, à base de dados disponibilizado pelo INE, o que se tornou insuficiente pelo facto de apenas

conter empresas com um número de trabalhadores superior a 10. Deste modo, foi necessário recorrer ao guiãonet e ao 118, ambos disponibilizados pela Internet, e à lista telefónica que permitiram ter acesso aos endereços das restantes empresas⁶. De forma a cobrir a totalidade das empresas, optou-se por distribuir os inquéritos por correio.

Procurou-se elaborar um questionário relativamente simples, no sentido de conseguir um maior número de respostas. Uma vez que a natureza dos projectos podia ser nova ou de expansão/modernização, o questionário tinha questões de carácter geral para todas as empresas e questões específicas para as empresas que realizaram projectos de expansão/modernização.

A primeira parte do questionário visava obter uma caracterização genérica das empresas, enquanto a segunda continha questões específicas sobre o projecto de investimento e perguntas de opinião sobre os sistemas de incentivos.

Os questionários foram enviados na primeira semana de Fevereiro de 2000.

Foram recebidas respostas de 41 empresas, referentes a 43 projectos de investimento SIR, pois 2 das empresas candidataram-se 2 vezes a este sistema de incentivos. Assim, nas questões de opinião e de caracterização geral das empresas, analisaram-se as 41 empresas, nas questões em que se pretendia avaliar o projecto em si, analisaram-se os 43 projectos.

Mais de metade dos inquéritos recebidos (55%) eram referentes a projectos do sector industrial, seguido do comércio. Em relação à forma jurídica, verifica-se que a maior parte das empresas (78%) são sociedades por quotas. A maior parte das empresas encontra-se no mercado há muitos anos, sendo de destacar a década de oitenta, em que foram constituídas cerca de 35 % das empresas da nossa amostra. Quanto ao número de trabalhadores, as empresas caracterizam-se essencialmente por serem pequenas empresas. De facto, 85% das empresas têm menos de 50 trabalhadores, enquanto apenas 15% têm mais de 50 trabalhadores.

Antes do projecto de investimento SIR as empresas existentes caracterizavam-se por serem empresas que essencialmente realizavam vendas no mercado interno; existiam ainda 11 empresas exportadoras, 1 empresa com uma participação maioritária numa empresa estrangeira e 2 empresas multinacionais.

O investimento médio dos projectos analisados foi de cerca de 70.915 contos, sendo o mínimo de 20.000 e o máximo de 100.000 contos. Dividindo as empresas em 3 grupos, consoante o montante de investimento, verifica-se que a maior parte das empresas realizaram investimentos superiores a 40.000 contos e que existe uma percentagem bastante significativa no grupo dos investimentos superiores a 80.000 contos.

Quase 87% das empresas industriais realizaram investimentos superiores a 40.000 contos. A maior parte das empresas comerciais realizaram investimentos inferiores a 40.000 contos.

Analisando o tipo de investimento efectuado, é de realçar o montante destinado ao equipamento de produção, que por si só, atinge cerca de 67% do investimento. É também de notar que o investimento nas áreas de qualidade e ambiental têm um peso muito pouco significativo.

Quando perguntado aos empresários se teriam realizado o mesmo investimento, mesmo sem incentivo a fundo perdido, 71,4% responderam que sim, o que constitui uma percentagem bastante elevada. Dos que responderam que não teriam realizado o investimento sem incentivo (12 projectos), 8 apontaram a razão, referindo nomeadamente o facto de não terem capacidade financeira para suportar o investimento, o facto dos juros serem altos e dos bancos exigirem garantias bancárias e também o facto do investimento comportar algum risco.

Quanto aos objectivos do investimento, a ampliação da capacidade produtiva, assim como a modernização do processo produtivo e a melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços foram os mais apontados pelas empresas, conforme podemos verificar no quadro.

Apenas 9 empresas dos que responderam ao inquérito tiveram como objectivo inicial a instalação inicial da empresa.

⁶ Note-se que a obtenção destes dados foi uma tarefa absorvente e demorada, pois para além das moradas, procurou-se também o número de telefone, fax e correio electrónico das empresas, que serviram para numa segunda fase solicitar novamente às empresas o preenchimento do questionário.

Quadro 4 – Objectivos do Investimento e Grau de Realização

Objectivos do Investimento	N.º empresas	%	Grau de Realização Escala (0-10)
Ampliação Capacidade Produtiva	24	56%	7,76
Modernização Processo Produtivo	21	49%	8,00
Melhorar qualidade serviço prestado	18	42%	8,29
Melhorar qualidade produtos	15	35%	8,46
Diminuir Custos Produção	14	33%	8,08
Produzir Novos Produtos/Serviços	11	26%	8,20
Aumentar Penetração Mercados actuais	10	23%	7,40
Instalação Inicial da Empresa	9	21%	8,75
Racionalização Espaço	7	16%	7,33
Aposta Novos Mercados	7	16%	7,29
Mudança de Localização	5	12%	9,80
Outros	4	9%	9,50

Procurámos também saber se os objectivos do investimento teriam sido atingidos, pedindo ao empresário para classificar de 0 (nada) a 10 (completamente) o grau em que cada um dos objectivos foi atingido. Podemos assim constatar que os objectivos que foram conseguidos com mais sucesso (excluindo Outros) foram a mudança de localização, a instalação inicial da empresa e a melhoria da qualidade dos produtos.

É ainda de destacar que nenhuma empresa pontuou o grau de realização do projecto com um valor inferior a 5. Considerando que 5 seria a classificação de “Suficiente”, pode-se concluir que nenhuma das empresas considerou que algum dos seus objectivos não tivesse sido conseguido. Em média, o grau em que os objectivos foram atingido é de 8,2, valor bastante significativo.

Em síntese, podemos retirar as seguintes conclusões:

- O sector de actividade que realiza investimentos superiores é a indústria. Nenhuma empresa do sector de Turismo ou Serviços efectuou investimentos superiores a 80.000 contos. Os investimentos inferiores a 40.000 contos são essencialmente do sector comercial;
- Na totalidade das empresas, a fonte de financiamento mais utilizada foi o capital próprio, seguido dos empréstimos bancários. No entanto, nas empresas que realizaram investimentos inferiores a 40.000 contos, os empréstimos bancários têm um peso pouco significativo;
- O investimento caracteriza-se por ser essencialmente em equipamentos produtivos, sendo mais significativo nos investimentos superiores a 80.000 contos. O investimento na área ambiental e de qualidade tem pouca expressão, sendo mais significativo nos investimentos inferiores a 40.000 contos;
- 71,4% dos empresários afirmaram que teriam realizado o investimento mesmo que não tivessem sido apoiados com incentivos a fundo perdido;
- Os objectivos do investimento mais apontados pelas empresas, independentemente do montante de investimento efectuado, foram a ampliação das capacidade produtiva, a modernização do processo produtivo e a melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços;
- Na globalidade, verifica-se que as empresas conseguiram atingir os objectivos do investimento, avaliado com uma pontuação média de 8,2, numa escala de 0 a 10. Verifica-se que as empresas que realizaram investimentos superiores a 80.000 contos conseguiram atingir melhor os seus objectivos, uma vez que a média do grau de realização neste grupo é de 8,57;

A maioria dos empresários considera que os incentivos favorecem o investimento, contribuem para combater o desemprego e que são eficazes. É, no entanto, de notar que quanto a este último aspecto, ainda houve 21% que consideraram que os incentivos não eram eficazes.

No que diz respeito aos aspectos negativos, a maior parte dos empresários considera que são muito burocráticos e que se exigem elevados capitais próprios.

Questionados sobre o que alterariam nos sistemas de incentivo se pudessem, a maior parte dos empresários considera que seria importante proceder a alterações em vários aspectos, particularmente no que toca à morosidade na análise das candidaturas e à burocracia na apresentação das mesmas.

Uma das preocupações do trabalho foi averiguar se se tinham registado melhorias nas empresas após o projecto SIR, nomeadamente no que diz respeito às Vendas, aos Custos, à Produção, aos Resultados Líquidos e à Competitividade. Constatou-se que a maior parte das empresas melhoraram a sua situação em relação às Vendas, Produção e Resultados. Todos os empresários consideraram que a competitividade, factor mais subjectivo que os outros, também melhorou com a realização do projecto. Tendo em conta estas variáveis parece, assim, que as empresas melhoraram a sua situação após o projecto SIR.

Quanto ao grau de internacionalização das empresas após o projecto de investimento, verificou-se que as empresas mantêm esse grau à excepção de uma que passou de empresa que realiza vendas no mercado interno para empresa que exporta regularmente. Deste modo, podemos concluir que o projecto SIR não contribuiu para uma maior internacionalização das empresas da nossa amostra.

Cerca de 31% das empresas (13 empresas) voltaram a candidatar-se a outro projecto, tendo 2 das empresas voltado a candidatar-se ao SIR. Seis empresas candidataram-se ao ICPME, duas ao PEDIP e três a outros programas. Consideramos esta taxa de 31% relativamente elevada e que de algum modo demonstra que o crescimento verificado nas empresas após o SIR tenha sido superior ao esperado.

Das 25 empresas que forneceram elementos contabilísticos, verifica-se que apenas 3 não tiveram uma melhoria da produtividade após o projecto de investimento. Parece, assim, que o investimento foi benéfico para as empresas, uma vez que melhorou a produtividade da maior parte.

Relativamente a perspectivas futuras das empresas e à dinâmica empresarial após o projecto de investimento, uma elevada percentagem manifestou a intenção de realizar mais investimentos, criar novos produtos e apostar em novos mercados, mas sem criar mais estabelecimentos.

7. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Quanto à hipótese 1 – o montante de investimento influenciou o número de postos de trabalho criados, foi possível concluir que existe uma forte relação linear entre o montante de investimento e o número de postos de trabalho criados.

Com a 2.^a e 3.^a hipótese, pretende-se avaliar se as empresas melhoraram o seu desempenho económico após o projecto de investimento efectuado no âmbito do SIR. Para tal, recorremos à comparação entre a produtividade e o resultado líquido, indicadores que nos pareceram adequados para avaliar esse desempenho, antes e após o projecto de investimento.

Hipótese 2 – As empresas melhoraram a sua produtividade após o investimento efectuado

Começando, em primeiro lugar, por analisar o comportamento da produtividade após o projecto de investimento, vimos que a maior parte das empresas melhoraram a sua produtividade após o projecto de investimento. Para analisar se essa melhoria foi ou não significativa, recorreu-se à Comparação de Médias – Amostras emparelhadas, comparando se as médias da produtividade antes e após do projecto de investimento são ou não significativamente diferentes.

Como a dimensão das amostras é inferior a 30 (apenas temos dados contabilísticos referentes a 25 empresas), torna-se necessário verificar o pressuposto da normalidade subjacente ao Teste T, o que se confirma. Procedendo ao Teste T para comparar as médias das 2 amostras emparelhadas (Produtividade Antes e Produtividade Após o projecto de investimento), os valores levam a rejeitar a hip. nula de igualdade de médias. A diferença é, assim, significativamente diferente de zero, indicando que o projecto de investimento teve resultados positivos, pois originou uma melhoria da produtividade significativa nas empresas.

Hipótese 3 – As empresas melhoraram os resultados líquidos após o investimento efectuado

Procedendo de forma idêntica, o valor do teste leva a rejeitar a hipótese nula. Concluiu-se, assim, que o projecto teve efeitos benéficos, uma vez que originou melhorias significativas nos resultados líquidos das empresas.

Hipótese 4 – O montante de investimento efectuado influenciou a variação ocorrida na produtividade

Vimos já que as empresas aumentaram a produtividade após o investimento efectuado. Procuramos agora analisar se o montante de investimento realizado pelas empresas teve influência na variação dessa produtividade, ou seja, pretende-se analisar se montantes de investimento superiores provocam variações na produtividade superiores aos montantes de investimento mais baixo.

Os valores obtidos levam a não rejeitar a hipótese nula de que não existe correlação entre as 2 variáveis, ou seja, o montante de investimento efectuado não influenciou a variação ocorrida na produtividade.

Hipótese 5 – O montante de investimento efectuado influenciou a variação ocorrida no resultado líquido

Também neste caso os valores levam a não rejeitar a hipótese nula, ou seja, não existe correlação entre as 2 variáveis. O montante de investimento efectuado não influenciou a variação ocorrida nos resultados líquidos.

8. CONCLUSÕES

Os fundos estruturais desempenham um papel fulcral para o desenvolvimento da economia portuguesa, não só através das acções promovidas directamente pelo Estado, como também através dos incentivos ao investimento atribuídos às empresas.

O SIR teve um total de 206 candidaturas aprovadas, com um investimento de 14.158.078 contos, essencialmente virado para o sector industrial e comercial. Foram criados cerca de 1324 postos de trabalho, o que representou, em média, a criação de cerca de 6,4 postos de trabalho por projecto.

Através da análise das hipóteses encontramos algumas evidências que nos permitem concluir que os incentivos melhoraram o desempenho económico-financeiro das empresas. Com efeito, com as Hipóteses 2 e 3 comprovou-se que as empresas verificaram melhorias significativas da produtividade e dos resultados líquidos após o projecto de investimento. Concluiu-se, também, com as Hipóteses 4 e 5, que essas melhorias não tiveram relação com o montante de investimento efectuado. Por outro lado, verificou-se com a Hipótese 1 que o montante de investimento teve uma relação directa com o número de postos de trabalho criados.

Em conclusão, julgamos que os incentivos tenham tido uma contribuição positiva no desenvolvimento da Região Dão Lafões e que os objectivos do SIR tenham sido, de certa forma, alcançados. Por outro lado, podemos também concluir que independentemente do montante de investimento efectuado, as empresas que se candidataram ao SIR na Região Dão Lafões verificaram melhorias significativas da produtividade e dos resultados líquidos.

9. LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA

Uma das principais limitações prende-se com a dificuldade na obtenção de dados e informações. De facto, não existem estudos de avaliação dos programas. A única informação que foi possível obter foi a listagem das empresas com candidaturas aprovadas, com a indicação do montante do investimento, o concelho, o CAE, o incentivo e o número de postos de trabalho criados.

Quanto à análise empírica, a principal limitação foi a baixa taxa de respostas, apesar de todos os esforços no sentido de recolher o maior número de respostas possível. De facto, após o envio do questionário foram realizados telefonemas, por vezes mais do que um para a mesma empresa, a solicitar o preenchimento e envio do questionário.

No que diz respeito ao estudo empírico, seria interessante comparar as conclusões deste estudo com outras obtidas de amostras de empresas que efectuaram investimentos no âmbito do SIR mas noutras regiões. Por outro lado, podia-se estudar o desempenho económico-financeiro de empresas da Região Dão Lafões que efectuaram investimentos, mas que não se candidataram ao SIR e comparar esse desempenho com o desempenho das empresas que receberam incentivos.

Uma das dificuldades que a avaliação dos fundos estruturais suscita é a de alguns dos seus efeitos não serem sentidos no curto prazo, o que dificulta a avaliação.

Por outro lado, os impactos do programa a nível regional e o seu contributo para atenuar as desigualdades existentes não foram objecto de análise no estudo efectuado. De um ponto de vista dos objectivos últimos do programa essa investigação é bastante necessária.

BIBLIOGRAFIA

Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Regime de Incentivos às Microempresas, 1999, Lisboa

Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Quadro Comunitário de Apoio – Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999 – Programa Operacional Região Centro

Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, “Productivity, Employment and Structural Funds - Agenda 2000 and its Impact on the most lagging Regions of the EU” Berlim, Outubro 1998

INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 1991 a 1998

INE, Censos da População, 1991

LOPES, J. da Silva (1996) *A Economia Portuguesa desde 1960*, Gradiva, Lisboa

MATEUS, A. (1992) “A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios” in *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 118 e 119, pp.665-671.

NEVES, A. (1999), “Litoral versus interior: análise da dinâmica industrial”, in *Emprego e Desenvolvimento Regional – Actas do V Encontro Nacional da APDR*, Volume 2, pp.999-1017, APDR, Coimbra

PACHECO, Fernando e CABRAL, António José, “A Convergência Real e a Avaliação da Reforma dos Fundos Estruturais” in *Fundos Estruturais – Que Futuro?*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional, 1992